

## AS RELAÇÕES ENTRE DISPOSITIVO E DISPOSITIVO DE ARQUIVO<sup>1</sup>

### *THE RELATIONSHIPS BETWEEN DISPOSITIVE AND ARCHIVAL DISPOSITIVE*

Thays Lacerda<sup>2</sup>

Márcia Teixeira Cavalcanti<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo é fruto da pesquisa para tese de doutorado desenvolvida no âmbito da Ciência da Informação e tem por objetivo apresentar o Dispositivo de Arquivo como categoria de análise desenvolvida a partir do conceito de Dispositivo de Michel Foucault. Está situado no campo dos estudos epistemológicos arquivísticos, buscando contribuir para um estudo teórico dos arquivos que considere suas práticas, seus efeitos e os modos de acreditação a eles articulados. Ao falarmos de uma epistemologia do arquivo pensamos antes em uma epistemologia dos modos de ser arquivo, nas condições de possibilidade da existência dos arquivos e nas diversas articulações nas quais o arquivo encontra-se imbricado e das quais não pode ser dissociado. Como pesquisa teórico-epistemológica, sumamente bibliográfica, a metodologia escolhida para o desenvolvimento de nosso objetivo foi a análise da literatura das áreas de Arquivologia, Filosofia e Ciência da Informação. O estudo epistemológico dos arquivos é de interesse da Ciência da Informação principalmente devido aos diversos estudos arquivísticos voltados à análise dos modos de circulação da informação arquivística – informação orgânica registrada em documentos – como também por interrogarem o papel do arquivo como fonte informativa e probatória. Como considerações finais, apontamos que devemos pensar no Dispositivo de Arquivo para pensarmos sobre o arquivo – sua condição de existência, suas constituições, formas de organização, métodos e teorias – o que nos permite considerar sua potência para a (re) construção de passados que, por sua vez, não são estáticos e distantes do presente.

**Palavras-Chave:** Dispositivo. Dispositivo de Arquivo. Epistemologia.

**Abstract:** *This article is the result of research for a doctoral thesis developed in the field of Information Science and aims to present the Archival Dispositive as a category of analysis developed from Michel Foucault's concept of Dispositive. It is situated in the field of archival epistemological studies, seeking to contribute to a theoretical study of archives that considers its practices, its effects and the modes of accreditation articulated to them. When speaking of an epistemology of the archive, we think rather of an epistemology of the ways of being archive, of the conditions of possibility of the existence of archives and of the various articulations in which the archive is*

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi submetido, avaliado, aprovado e apresentado no ENANCIB/2022.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência da Informação (UFF). E-mail: [arquivosdathays@gmail.com](mailto:arquivosdathays@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6830-0451>.

<sup>3</sup> Doutora em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ). E-mail: [marciacavalcanti@gmail.com](mailto:marciacavalcanti@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3742-9479>.

*imbricated and from which it cannot be dissociated. As a theoretical-epistemological research, highly bibliographic, the methodology chosen for the development of our goal was the analysis of literature from the fields of Archivology, Philosophy and Information Science. The epistemological study of archives is of interest to Information Science mainly due to the various archival studies focused on the analysis of the modes of circulation of archival information - organic information recorded in documents - as well as for questioning the role of the archive as an informative and evidential source. As final considerations, we point out that we should think about the Archival Dispositive in order to think about the archive - its condition of existence, its constitutions, organizational forms, methods and theories - which allows us to consider its power for the (re) construction of pasts that, in turn, are not static and distant from the present.*

**Keywords:** *Dispositive. Archival Dispositive. Epistemology.*

## 1 INTRODUÇÃO

Compreender o que é um arquivo pode parecer uma tarefa fácil, mas não é. O arquivo – aquele abordado pela arquivologia –, sua constituição e seus usos estão inseridos em jogos que vão além das perspectivas práticas de organização e de funcionalismos. Porém, essas redes de relações entre poderes e saberes, das quais os arquivos são indissociáveis, acabam sendo ofuscadas pelas ideias de produtividade, de eficiência, de controle, como também da naturalização da burocracia, do poder atribuído à escritura e dos discursos de verdade.

Assim, dizemos que o ofuscamento dessa complexa rede de relações – formada por elementos discursivos e não discursivos, visíveis e não visíveis, ditos e não ditos, humanos e não humanos e por linhas de força sempre em disputa – colabora para o não estranhamento dos usos feitos dos arquivos pelas sociedades ocidentais contemporâneas, como também das práticas profissionais que atuam nesta área de conhecimento.

Deste modo, situamos este trabalho no campo dos estudos epistemológicos a fim de contribuir para um estudo teórico dos arquivos que considere suas práticas, seus efeitos e os modos de acreditação a eles articulados. Há, aqui, um esforço para dar visibilidade às suas operações, na busca da desnaturalização de seus movimentos,

sejam aqueles que o constituem ou aqueles por ele constituídos. Portanto, ao falarmos de uma epistemologia do arquivo pensamos, antes, em uma epistemologia dos modos de ser arquivo, nas condições de possibilidade da existência dos arquivos e nas diversas articulações nas quais o arquivo encontra-se imbricado e das quais não pode ser dissociado.

O estudo epistemológico dos arquivos é de interesse da Ciência da Informação principalmente devido aos diversos estudos arquivísticos voltados à análise dos modos de circulação da informação arquivística – informação orgânica registrada em documentos –, como também por interrogarem o papel do arquivo como fonte informativa e probatória. Este trabalho é fruto da pesquisa de doutorado desenvolvida no âmbito do programa de pós-graduação em Ciência da Informação. Assim, ao longo da tese apresentada ao programa – e neste artigo – buscamos abordar o arquivo a partir de outras relações com a Ciência da Informação, principalmente a partir dos autores da abordagem neo-documentalista, considerando uma reflexão a partir das novas concepções sobre as práticas sociais com documentos – seja em seus usos, potências e modos de circulação – sobre os funcionamentos sociais dos arquivos e sobre um de seus principais desdobramentos: o efeito-informação do documento.

Desta forma, iniciamos a pesquisa com autores relacionados à teoria arquivística, mas não nos limitamos a eles. Percebemos, ao longo do caminho, que precisávamos nos apoiar tanto na teoria da História, quanto na Filosofia e na Ciência da Informação, para extrapolar os limites da epistemologia arquivística e pensar o lugar do arquivo na rede de relações na qual ele está inserido. Em um primeiro momento buscamos, principalmente em Michel Foucault, o constructo teórico que embasasse um reposicionamento dos arquivos nos campos social, político e cultural, nos apropriando da noção de Dispositivo.

Optamos por utilizar a noção de Dispositivo como instrumento

teórico/metodológico para pensar nos arquivos e suas implicações sociais, pois precisávamos de uma noção que pudesse abarcar diversos modos de acreditação que envolvem a cientificidade, a escrita, os regimes de prova, os documentos e os arquivos – noção que é mais abrangente do que a de Regime de Informação, por exemplo, tão bem discutida na área da CI. Em uma escolha consciente, optamos também por trabalhar com a noção de Dispositivo desenvolvida por Foucault e não aquela abordada por outros filósofos – como Agamben, por exemplo – por acreditarmos ser mais apropriada ao desenvolvimento de nosso objeto de pesquisa.

Lemos pela primeira vez sobre Dispositivo de Arquivo – no sentido aqui utilizado – nas pesquisas desenvolvidas por Lídia Freitas (2003, 2010) que, ao considerar as diversas relações e práticas dos arquivos com a escrita, pensou em um modo de arquivo que delimitasse e ordenasse práticas arquivantes<sup>4</sup>. Após esse reconhecimento, consideramos o desenvolvimento dessa possível categoria, de forma mais abrangente, para que pudesse servir como instrumento de análise das inúmeras relações e jogos de poder aos quais estão vinculadas estas práticas arquivantes.

Assim, ao analisarmos tanto a literatura da área de arquivos, quanto da Ciência da Informação – principalmente nos autores da abordagem neo-documentalista –, podemos dizer que algumas mudanças de olhar, ou de recorte, nas perguntas que fazemos nos fazem repensar abordagens e conceitos que são muitas vezes vistos como estáveis na arquivologia. Pequenas mudanças, então, podem gerar alterações significativas nas perguntas e na forma de olhar o arquivo como objeto, como por exemplo, de o que é arquivo para quais são os funcionamentos do arquivo (Frohmann, 2007, 2008; Freitas, 2003). Esses estudos, portanto, fornecem embasamento para as

---

<sup>4</sup> Inspirados em Derrida (2001), chamamos aqui de práticas arquivantes os movimentos relacionados ao Dispositivo de Arquivo que operam em diversos funcionamentos sociais, desde a escrita até os arquivos. Utilizamos esse termo para diferenciar de práticas arquivísticas que são aquelas relacionadas ao fazer dos arquivos, como a classificação, a identificação e a avaliação de documentos.

ressignificações e desnaturalizações dos documentos e dos arquivos, assim como para tornar visíveis os processos seletivos envolvidos, seja na formação das narrativas históricas, na legitimação de memórias, ou ainda, na constituição de um fundo de arquivo.

Desta forma, dialogando com a perspectiva neo-documentalista, optamos por utilizar o conceito de dispositivo desenvolvido por Foucault como um possível instrumento de análise e compreensão do meio no qual os arquivos – e os saberes sobre os arquivos e sobre a memória – existem. Porém, para tanto, vimos a necessidade de pensarmos em uma categoria de dispositivo não discutida por Foucault, que colaborasse para a nitidez dos referidos funcionamentos, pois “[...] é necessário romper com as interdições estabelecidas do interior do funcionamento do dispositivo do Arquivo” (Freitas, 2010, p. 144) para pensarmos o arquivo de maneira crítica. Desenvolvemos, então, a categoria Dispositivo de Arquivo (que neste artigo aparece como DA) e analisamos algumas de suas formas de operação.

## 2 SOBRE DISPOSITIVO E DISPOSITIVO DE ARQUIVO

Nesta seção, apresentaremos brevemente a noção de dispositivo com o objetivo de discutir as relações que estabelecemos entre o DA e o dispositivo foucaultiano para, assim, definir o que estamos chamando de Dispositivo de Arquivo. Resumidamente, podemos enumerar algumas características do conceito de dispositivo: é um conceito operacional; é uma rede de elementos heterogêneos, sendo estes discursivos e não discursivos: “[...] mistura, pois, alegremente, coisas e ideias (entre as quais a de verdade), representações, doutrinas e até filosofias, a instituições, a práticas sociais, econômicas, etc.” (Veyne, 2009, p. 38); não pode ser analisado fora das correlações e jogos de poder; produz, organiza, molda, delimita discursos, saberes, modos de

acreditação<sup>5</sup>, seja a partir da disciplina, das regras, como também dos sistemas de enunciados, da família, da escola etc.; é flexível e móvel por estar organizado em rede, na qual os elementos arranjados variam de acordo com as mudanças do dispositivo e da correlação de forças existente ordenadas pelo dispositivo; encontra-se a verdade entre os componentes do dispositivo; tem um caráter estratégico, sempre respondendo a uma urgência, tanto em seu surgimento quanto em situações limites.

Para Agamben (2005, p. 9), dispositivo é “[...] um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault”, sendo um conceito operacional de caráter geral, mas não universal. Ressaltamos que esta perspectiva universal do dispositivo destacada por Agamben não está no âmbito das universalizações e das leis gerais. O autor se refere a um conjunto de elementos que se relacionam em uma espécie de esfera da ordem/ordenamento, ou ainda, a uma esfera de condições de possibilidade – ou uma esfera das práticas –, que estabelece os limites, a construção, a estabilização, ou ainda o fim de determinados saberes, instituições, modos de subjetivação etc. Portanto,

Foucault, como sabem, sempre recusou a se ocupar daquelas categorias gerais ou entes da razão que chama de ‘os universais’, como o Estado, a Soberania, a Lei, o Poder. Mas isto não significa que não há, no seu pensamento, conceitos operativos de caráter geral. Os dispositivos [... não são] simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder, nem mesmo uma maioria obtida por abstração: de preferência [...] ‘a rede (le reseau) que se estabelece entre estes elementos” (Agamben, 2005, p. 11).

---

<sup>5</sup> Utilizamos aqui o conceito de modo de acreditação desenvolvido por Freitas (2009). Sua escolha pelo termo acreditação é explicada na seguinte afirmação: “Preferimos o neologismo ‘acreditação’ para significar as formas histórico-sociais de conferir/usufruir credibilidade em sistemas de legitimidade ou verdade, ao invés de ‘credenciamento’ que, apesar de usual em nossa língua, envolve comumente sentidos diversos e mais limitados que o pretendido. [...] A opção pela designação modo na construção conceitual que empreendemos baseia-se na pretensão de abarcar os funcionamentos de estrato cultural em largo espectro de situações históricas de diferentes formações sociais que, fundamentalmente, possam ser subdividas pelo grau de formalidade das instâncias ligadas às formas de acreditação e distribuição social de saberes ou, dito de outra forma, formação de evidências socialmente compartilhadas ou valorizadas, assim como suas formas de transmissão e repartição” (Freitas, 2009, p. 8).

Agamben (2005) afirma ainda que Foucault busca, ao usar o termo dispositivo, analisar as relações entre os sujeitos e o elemento histórico, sendo este último o “[...] conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder” (Agamben, 2005, p. 11). Ou seja, ainda usando a explicação de Agamben (2005), o objetivo de Foucault era investigar, de modo concreto, como os dispositivos podem atuar nas relações e nos jogos de poder.

Wilke (2009) aponta que a noção de dispositivo está sendo utilizada em diversas áreas do conhecimento com o objetivo de “[...] nomear o complexo de relações composto pelas diferentes práticas discursivas e não-discursivas [... que ao] agir na teia social e ao movimentá-la constitui sujeitos e os organiza” (Wilke, 2009, p. 78). Os recortes, ou categorias de análise, são determinadas a partir do objeto a ser estudado. Assim, Foucault ao falar de dispositivo analisou, por exemplo, os dispositivos de sexualidade, de controle e de segurança. Wilke (2009), Benevides (2013) e Sais (2011) definiram e discutiram o dispositivo informacional, o dispositivo da verdade e o dispositivo da velhice, respectivamente.

Desta forma, a noção de dispositivo nos ajuda a recusar um objeto que já está pronto, um funcionamento que já nos está dado como único e global. Para Foucault, o dispositivo pode ser entendido como um princípio metodológico que “[...] inscreve no real aquilo que não existe” (Veyne, 2009, p. 99). O dispositivo, portanto, delimita saberes, estabelece relações de poder, organiza corpos, permite a criação de sujeitos, destaca grupos, transforma indivíduos em objetos de estudo. O dispositivo ordena e estabelece as regras do jogo.

Entretanto, mesmo tendo um caráter delimitador, o dispositivo é igualmente criador de possibilidades e não se permite ser estático. É sempre fluido e mutável. De acordo com Deleuze (2015), os dispositivos são curvas de visibilidades. Ao mesmo tempo em que é no dispositivo que se inscrevem as operações disciplinadoras e

delimitadoras, é pelo dispositivo que vemos a possibilidade de reduzir a opacidade e a invisibilidade de determinadas práticas e funcionamentos sociais. Assim, o dispositivo é

[...] uma máquina de positivar, uma máquina de fazer ver e fazer falar que produz realidades, subjetividades, que objetiva indivíduos, que subjetiva sujeitos, que sobredetermina modos de relação do sujeito consigo mesmo, que produz também uma experiência do viver [...] (Sais, 2011, p. 20).

Foucault (2015), ao analisar metodologicamente a relação entre dispositivo de sexualidade e poder, afirma que a análise do dispositivo permite os deslocamentos necessários – considerando sua organização em forma de rede mutável e flexível – que dão suporte às mudanças na forma de abordar os problemas, retirando o foco das perguntas de um poder opressor e violento do Estado para as infinitas formas de produção dos discursos sobre o sexo, relacionada aos poderes que são micro, múltiplos e flexíveis. Desta forma, as perguntas seriam focadas

[...] em tal tipo de discurso sobre o sexo em tal forma de extorsão de verdade que aparece historicamente e em lugares determinados (em torno do corpo da criança, a propósito do sexo da mulher, por ocasião das práticas de restrição dos nascimentos etc.), quais são as relações de poder mais imediatas, mais locais, que estão em jogo? Como tornam possíveis essas espécies de discursos e, inversamente, como esses discursos lhes servem de suporte? De que maneira o jogo dessas relações de poder vem a ser modificado por seu próprio exercício – reforço de certos termos, enfraquecimento de outros, efeitos de resistência, contra-investimentos, de tal modo que não houve um tipo de sujeição estável dado uma vez por todas? Como essas relações de poder se vinculam umas às outras de acordo com a lógica de uma estratégia global que, retrospectivamente, toma ares de uma política unitária e voluntarista do sexo? (Foucault, 2015, p. 105).

Buscando um olhar analítico para o DA, tomemos como exemplo uma espécie de método construído por Foucault (2015) ao discutir o Dispositivo da Sexualidade. Foucault (2015) desenvolve quatro regras metodológicas que, segundo o autor, estão mais para “prescrições de prudência” (Foucault, 2015, p. 106), na análise do Dispositivo da Sexualidade, do que para regras imperativas. São elas: Regra de imanência, Regra

das variações contínuas, Regra do duplo condicionamento, Regra da polivalência tática dos discursos. O quadro abaixo apresenta resumidamente as quatro regras, assim como suas possíveis aplicações a partir dos estudos do Dispositivo da Sexualidade (DS) elaborado por Foucault (2015).

**Quadro 1: Regras para análise do dispositivo da sexualidade**

Regra	O que diz?	Como se aplica ao DS
Imanência	Não considerar que existe um certo domínio da sexualidade que pertence, de direito, a um conhecimento científico, desinteressado e livre, mas sobre o qual exigências do poder – econômicas ou ideológicas – fizeram pesar mecanismos de proibição. Não há, portanto, exterioridade, mas sim, articulações feitas a partir de “focos locais”.	Se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos como, por exemplo, as relações estabelecidas entre penitente e confessor.
Variações contínuas	Buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através do seu próprio jogo. As distribuições de poder e as apropriações de saber não representam mais do que cortes instantâneos em processos, pois as relações de poder-saber são matrizes de transformações.	O conjunto constituído, no século XIX, pelo pai, a mãe, o educador e o médico, em torno da criança e de seu sexo, passou por modificações e deslocamentos contínuos
Duplo condicionamento	Há estratégias de efeitos globais condicionam e são condicionadas por relações precisas e tênues que, ao mesmo tempo, servem de suporte e ponto de fixação para as estratégias globais. Esse é o duplo condicionamento: de uma estratégia, através da especificidade das táticas possíveis e, das táticas, pelo invólucro estratégico que as faz funcionar.	A família, no que tinha precisamente de insular e de heteromorfo com relação aos outros mecanismos de poder, pôde servir de suporte às grandes “manobras” pelo controle malthusiano da natalidade, pelas incitações populacionistas, pela medicalização do sexo e a psiquiatrização de suas formas não genitais.
Polivalência tática	É no discurso que se articula poder e	O aparecimento, no século XIX, da

dos discursos	saber. E deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função táctica não é uniforme e nem estável. Não se deve, portanto, imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes.	psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas também possibilitou a constituição de um discurso “de reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade”.
---------------	--	---

**Fonte:** elaborado pelas autoras a partir de Foucault (2015, p. 106-110).

Essas regras foucaultianas nos mostram determinadas maneiras de abordar os dispositivos, pois descrevem possibilidades de análise e o desenvolvimento de novas perguntas, principalmente envolvendo três eixos principais: a analítica do poder, o saber e os modos de ser sujeito. Assim, Wilke (2009) afirma que com a análise dos dispositivos podemos elaborar as seguintes perguntas: o que podemos saber e dizer sobre uma dada realidade em um determinado tempo e espaço? Como esses saberes são agenciados e autorizados a serem ditos e como é possível enfrentá-los caso se faça necessário? Como se dão os processos de assujeitamento no complexo das relações entre saberes e poderes?

A partir da noção de dispositivo e das perguntas geradas a partir da análise deste podemos refletir criticamente sobre os arquivos. Assim como compreender os modos de operação do dispositivo a partir das práticas dos arquivos. Ou seja, o arquivo (representado aqui com “a” minúsculo) é um instrumento, um operador, dentro da rede do Dispositivo de Arquivo (representado aqui com “a” maiúsculo). O arquivo se constitui e estabelece seus efeitos a partir dos arranjos do DA, como também é uma das linhas de força, um dos elementos, que estão nos arranjos ordenados no DA.

Inspirando-nos em Foucault (2015) e Sais (2011) podemos afirmar que o arquivo não pode ser explicado e compreendido apenas dentro do contexto arquivístico. É preciso um deslocamento para a realização de uma análise crítica. Primeiro, precisamos abordar o arquivo refazendo a sua relação com a instituição arquivo. O arquivo é muito mais que um lugar. Como também não é apenas um órgão. É todo um aparato legislativo, burocrático e legitimador que a instituição arquivo carrega consigo. É uma não separação das relações de poder, incluindo aqui o poder do Estado.

O que nos leva a levantar um segundo ponto: dar ao arquivo o lugar estratégico que este ocupa no Estado. É um elemento constituído a partir do discurso de prova, tendo espaço no trânsito legal e administrativo e na produção e circulação do conhecimento sobre o passado. Não podemos negar, por exemplo, a relevância dos arquivos para a constituição das narrativas históricas utilizadas pelo próprio Estado – seja em livros didáticos, seja em comemorações, seja no jogo com a memória estabelecido dentro de um regime democrático – e legitimadas pelo poder de evidência e de prova conferidos ao documento de arquivo. Poder este chancelado pela presença do documento no arquivo, por sua representação de permanência e por todo seu processo de arquivamento.

Um terceiro ponto é o estranhamento e a recusa em aceitar o arquivo – e os saberes e práticas a ele relacionados – como prontos. A partir dessa desconstrução surgem diversas perguntas, como por exemplo: o que estamos autorizados a discutir sobre os arquivos em determinadas épocas e contextos? Em quais relações de poder e saber se constituem determinados fundos? Como se estabelece a naturalização dos documentos de arquivo no discurso arquivístico? Em quais condições os princípios arquivísticos se estabelecem como verdades? Como se constitui a produção que gera a impressão de verdade em documentos de arquivo? Como é mantida a relação entre memória e documentos de arquivo? Ou seja, trata-se, portanto, de analisar como o DA

pode operar no campo dos arquivos.

Mas, o que estamos chamando de DA? Para além da categoria de dispositivo de sexualidade, ou do controle, ou da segurança, desenvolvemos a categoria que chamamos de Dispositivo de Arquivo (DA). Este Arquivo, assim como o discutido por Foucault, não é o arquivo da arquivologia. Não é o arquivo que é o conjunto de documentos ou fundos; assim como não é o lugar de custódia dos documentos ou ainda o mobiliário utilizado para a guarda destes.

Podemos dizer que o Arquivo do DA está em uma espécie de esfera da ordem, assim como as outras categorias de dispositivo. É ele quem ordena, produz, delimita e estabelece determinadas regras e padrões, operando nos modos científicos de produção do conhecimento, na esfera jurídica de um Estado, nos discursos sobre o que é memorável e o que não é, nas políticas de memória e de esquecimento.

O DA é também uma rede flexível e móvel de elementos discursivos e não discursivos que se modifica ao longo do tempo e do espaço, assim como se inter-relaciona com os outros dispositivos, participando das correlações de força. O DA, assim como as outras categorias, é indissociável das relações de poder, já que a própria concepção de dispositivo está sempre inscrita em relações de poder (Foucault, 2014, 2015; Agamben, 2005; Deleuze, 2015). Para compreendermos o DA, e as análises feitas a partir dele, precisamos estar conscientes da perspectiva foucaultiana de poder, pois é a partir da analítica do poder, da visibilidade de seus jogos e suas correlações de força, que inserimos o arquivo nessa complexa rede flexível e móvel que é o DA.

Assim, partindo da ideia de que as relações de poder são complexas e não são apenas centralizadoras e em um único sentido – microfísica do poder – mudamos o foco de análise do arquivo fechado em si mesmo para as relações de poder e dos jogos de força que constituem e são constituídos pelos diversos elementos que estão no Dispositivo de Arquivo, ou ainda, na rede de Arquivo.

Desta forma, o conceito de rede trabalhado no âmbito dos dispositivos nos permite olhar não apenas do geral para o particular, ou do macro para o micro, mas considerar que há relações múltiplas entre os elementos que estão interconectados. Latour (2012), ao abordar o conceito de rede, aponta que

[...] nenhum lugar predomina o bastante para ser global, nem é suficiente autônomo para ser local. Se tentarmos usar a interação ou a estrutura local, ou algum compromisso entre ambas, não conseguiremos traçar conexões sociais – e quanto mais engenhoso o compromisso, pior o resultado, pois desse modo apenas ampliaríamos a perspectiva de dois lugares existentes (Latour, 2012, p. 294).

As linhas de força organizadas em rede do DA, assim como em outras categorias de dispositivo, regulam e ao mesmo tempo geram possibilidades (Deleuze, 2015). O DA, portanto, é formado por linhas de força que produzem determinadas delimitações de tempo e de espaço às práticas discursivas e não discursivas. Porém, suas regulações e delimitações não são estabelecidas de forma simples e linear pois,

[... as linhas não] envolvem sistemas homogêneos por sua conta própria, como o objeto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a variações de direção (Deleuze, 2015, p. 83).

As possibilidades de variação do dispositivo – de modo geral, e do DA de modo particular – são, como nos aponta Deleuze (2015), uma máquina de fazer ver e de fazer falar. Consideramos, portanto, que a existência de um determinado elemento trafega por curvas de visibilidades e de enunciação (Deleuze, 2015) que somente são possíveis dentro de um determinado dispositivo, pois é este quem estabelece condições de aparição e de estabilização dos elementos (Wilke, 2009). Assim, vemos que o discurso e os saberes produzidos a respeito da sexualidade somente serão possíveis no âmbito do Dispositivo da Sexualidade, como também a existência dos arquivos – sendo eles instituições ou conjuntos de documentos – só será possível dentro de um Dispositivo

de Arquivo. É o DA, então, que torna possível e justifica a existência do arquivo e de suas práticas, dando visibilidade e situando-os dentro de uma temporalidade específica.

Um exemplo desta delimitação do dispositivo é que somente podemos classificar e categorizar um determinado grupo – ou estabelecer uma identidade de grupo – a partir das condições de possibilidade permitidas por ele. Assim, podemos dizer que a classificação do indivíduo como ladrão, por exemplo, somente existe na sociedade que compreende o conceito de propriedade privada.

Veyne (2009) destaca que os discursos, os sistemas de enunciados (os Arquivos foucaultianos) e os próprios saberes se formam no interior do dispositivo, mas também se impõem através do mesmo dispositivo, seja construindo e estabelecendo regras de práticas sociais, seja estabilizando determinados pensamentos, seja apagando ou se sobrepondo a tais práticas ou teorias. E assim também ocorre no DA: produz informação/fato, mantém ou apaga discursos, delimita e regula as práticas sociais com documentos.

Baseados em Foucault (2015), pontuamos que as múltiplas relações de poder, imbricadas na própria constituição do DA, articuladas ao caráter regulador e delimitador do dispositivo geram algumas “regras de operação” específicas do DA: regras que atravessam e perpetuam o aparato burocrático, regras que legitimam narrativas e estabelecem o que deve permanecer e o que não deve, regras de impressão de informação, ou ainda, dos efeitos das práticas sociais com documentos. Essas regras operam em uma esfera das práticas e surtem efeitos que estabelecem o que é informação, o que é fato, o que pode ou não ser dito a partir dos usos de documentos e, como implicação, determinados discursos de verdade que lutam para ser estabilizados como únicos e globais.

Assim, as regras e delimitações estabelecidas pelo DA passam pelo que Foucault

abordou na Regra do duplo condicionamento: ao mesmo tempo em que define estratégias gerais que condicionam e produzem as práticas locais, as relações estabelecidas nas práticas locais fixam e estabilizam as estratégias gerais. Desta maneira, salientamos que por mais que tentemos dividir o DA em uma esfera da ordem e uma esfera das práticas, como hipótese, precisamos deixar claro que o dispositivo somente funciona a partir da regra do duplo condicionamento. Seus arranjos não são mecânicos e estáticos, mas fluidos e móveis a partir do estabelecimento de novas relações de força, de novos elementos na rede ou do fim de outros elementos.

Consideramos que uma das principais características de um Dispositivo – de modo geral, mas que também se aplica ao Dispositivo de Arquivo – é a sua flexibilidade e capacidade de se reorganizar e gerar novos arranjos e ordenamentos. Respondendo a uma urgência, o Dispositivo se reconstrói a partir de novas relações de força. Criam-se pontos de poder e apagam-se outros. Algumas correlações adquirem mais peso do que outras, incorrendo ou em novos saberes ou, pelo menos, na desestabilidade de determinados saberes.

Assim, as transformações na rede não ordenam apenas novos saberes, mas também estabelecem o próprio Dispositivo. Ou seja, os efeitos da esfera da ordem são sentidos na esfera das práticas que, por sua vez, reorganizam a esfera da ordem, seja na manutenção ou transformações dessa ordem – movimentos de estabilidade e instabilidade dentro da rede. Há, portanto, uma espécie de retroalimentação das esferas.

Destacamos que as delimitações do dispositivo, constituídas na esfera da ordem, produzem efeitos que permitem determinadas práticas estabelecidas na esfera das práticas, ou seja, fornecem as condições de possibilidade de aparecimento de determinados elementos que se relacionam na esfera das práticas. É nesta que se encontram os elementos que constituem os dispositivos, como por exemplo, o Estado,

a Igreja, a família, os conhecimentos de uma determinada área, o corpo, e ainda os elementos que estão diretamente relacionados ao DA, como o arquivo e as práticas sociais com documentos.

Considerando as relações de poder entre os elementos, percebemos que as linhas de força que os ligam – sejam discursivos ou não – podem constituir novas relações entre os mesmos elementos. O poder, portanto, não é unidirecional, mas fluido e multidirecional. Afeta cada um dos elementos de maneira específica a partir dos pesos das linhas de força. As linhas estabelecem as relações entre os elementos que, por sua vez, alteram as configurações do DA. Desta maneira, cada uma das modificações no peso dos elementos na correlação de forças altera o peso nas linhas de força, o que acaba por modificar a rede, gerando um movimento de reciprocidade tanto na mudança quanto na permanência dessas relações.

Caso analisássemos as relações entre elementos hipotéticos – como os citados acima – sem considerarmos os jogos de poder e as correlações de linhas de força que constituem o DA, encontrar-se-iam isolados e suas relações, provavelmente, seriam unidirecionais. O poder, sem a perspectiva do dispositivo, poderia ser descrito como centralizador, determinante e dominador, diferentemente do que vimos na segunda fase de Foucault. E é desta forma que costumamos posicionar os arquivos: isolados das práticas sociais, fora de um tempo e de um espaço, descaracterizado de poderes, com ações extremamente limitadas e com efeitos invisibilizados e naturalizados.

Dito isto, retomamos o seguinte ponto: as correlações de força estabelecidas dentro do DA criam elementos a partir dos seus modos de operação que somente existem como efeitos dessas correlações. Portanto, afirmamos que uma das formas de operação do DA é fornecer as condições de possibilidade de existência dos arquivos, assim como dos meios para sua manutenção, práticas e funções. Mas também vemos que o DA produz as possibilidades para o surgimento de discursos e conhecimentos

sobre os arquivos e sobre os documentos de arquivo, assim como produz os modos de acreditação que estabelece o caráter simbólico dos arquivos e de seus documentos.

Visto que é o DA que fornece as condições de produção e existência ao que chamamos de arquivo e de documento – e dos saberes relativos a eles –, mas que, por sua vez, é estabelecido e mantido pelas correlações de força e jogos de poder entre esses elementos, afirmamos que as forças que operam na rede do DA acabam por invisibilizar ou apagar seu próprio funcionamento. Assim, o DA disciplina e opera dentro de um determinado recorte temporal, como também dentro de um determinado modo de acreditação estabelecido pelo próprio DA, mas que ao mesmo tempo é mantido e estabilizado por este mesmo modo de acreditação.

No intuito de dar visibilidade às formas de funcionamento do DA destacamos – na tentativa de exemplificar – cinco ações/operações constituídas no âmbito do Dispositivo de Arquivo que geram diversos efeitos nos elementos dispostos na rede: delimitar, produzir, manter, transformar e apagar/eliminar o que entendemos por documento, arquivo e informação.

Assim, podemos dizer que todas as ações, como as separadas acima, podem estar relacionadas entre si e, como consequência, gerar novos efeitos e novos condicionamentos/ordenamentos. Por exemplo, ao agir como transformador de discursos, o DA pode produzir informação/fato que, por sua vez, age novamente como transformador de discursos. Ou ao estabilizar um sentido, o DA apaga/silencia/elimina uma determinada prática que, ainda, age como delimitador de um determinado saber. Essas interações e inter-relações entre as ações e as variadas produções de efeito ordenam o próprio DA.

## **Quadro 2: Exemplos de ações e efeitos do Dispositivo de Arquivo**

Ações	Efeitos	Exemplos
Delimitar	Delimita a produção de saberes, estabelecendo o que se sabe e o que não se sabe, o que é visto e o que não é visto, o que é falado e o que não é falado.	Delimita o discurso em torno da burocracia e da “necessidade” de termos documentos na sociedade contemporânea: se não temos documentos, não existimos, assim como marca a individualidade do sujeito.
Produzir	Produz informação/fato, estabelecendo efeitos de informação, construindo determinados modos de acreditação e de verdade.	Produz conhecimento sobre o passado com caráter de verdade, a partir de narrativas históricas construídas com critérios científicos: criticidade de fontes, aplicação de metodologias científicas (desde o levantamento das fontes a divulgação do conhecimento), documento com caráter de prova etc.
Estabelecer	Mantém e fixa os sentidos, ordenando também quem pode ter acesso e quem não pode, assim como, ao que se tem acesso.	Confere legitimidade a determinados discursos e conhecimentos sobre o passado, definindo, por exemplo, quais fundos serão recolhidos ao arquivo permanente e quais vão ser eliminados ou quais fundos serão tratados e disponibilizados e quais serão apagados.
Transformar	Ao mesmo tempo que se modifica, transforma os saberes, os discursos e as práticas a partir de seu caráter estratégico e sua capacidade de responder a urgências.	Mudanças no conhecimento arquivístico: o arquivo deixa de ser visto como um arsenal para a história e passa a ser visto com um instrumento de eficácia e eficiência da administração de seus produtores ou o crescimento do discurso de responsabilidade dos arquivos nas questões envolvendo direitos humanos.
Apagar, silenciar ou esquecer	Apaga ou elimina saberes e práticas sociais (incluindo aqui as práticas com documentos) a partir de políticas de esquecimento.	Políticas públicas focadas num discurso memorialístico e do dever de memória: por vezes se transformam em políticas de esquecimento, legitimando

		determinadas narrativas sobre o passado e apagando outras.
--	--	--

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

Cada uma das ações do DA – ou das combinações entre elas – pode gerar diversos tipos de efeitos a partir das relações estabelecidas entre os elementos na esfera da prática. Esses efeitos são variáveis de acordo com mudanças em alguns pontos, como as possíveis combinações das ações do DA e os pesos nas correlações de força estabelecidos nas relações entre os elementos que configuram o DA. Desta forma, o quadro 1 foi organizado para destacar possíveis efeitos na prática das ações do DA.

Ressaltamos que ao considerarmos mais especificamente o DA – e não o dispositivo de um modo geral – destacamos o peso da escrita e dos documentos como elementos nos jogos de poder e nas correlações de força envolvidas. É característica específica do DA produzir, estabilizar e manter o peso tanto da escrita quanto do documento nas sociedades ordenadas a partir dele.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o conhecimento sobre o passado é um campo de disputas e que essa se dá por vias institucionalizadas, vemos que diversos grupos sociais em disputa recorrem a formalização de seus testemunhos e buscam por provas que autenticem seus discursos, se constituindo enquanto linhas de força do Dispositivo de Arquivo (DA) e lutando a partir dos jogos estabelecidos pelos modos de acreditação constituídos por ele.

O arquivo é, portanto, um lugar de privilégios configurado a partir das relações

de poder nos quais ele se encontra imbricado. O passado social formalizado preservado nos arquivos não é exatamente o passado como passou, mas sim um passado organizado por diversos elementos que constituem as relações de força do DA.

Pensar no DA para pensarmos sobre o arquivo – sua condição de existência, suas constituições, formas de organização, métodos e teorias – nos permite considerar a potência do arquivo para a (re) construção de passados que, por sua vez, não são estáticos e distantes do presente. Assim, a nossa proposta de inserir o arquivo dentro da rede de relações que forma o DA busca consideramos que mesmo com novos funcionamentos – os diferentes usos do arquivo em relação ao passado – o olhar para o passado é sempre um olhar estabelecido a partir das subjetividades do presente. Devemos considerar, portanto, que cada funcionamento social dos arquivos é histórico e efeito dos arranjos estabelecidos em um determinado tempo histórico do DA.

Desta forma, pretendemos nos afastar dos discursos – desenvolvidos principalmente no âmbito da teoria arquivística – que apresentam uma certa naturalidade, passividade e estrita objetividade no processo de constituição dos arquivos, propondo, assim, um novo olhar sobre a existência dos arquivos, considerando-os como espaços de disputas e jogos de poder. Assim, reconhecer o lugar do arquivo na teia do DA significa reconhecê-lo como elemento na manipulação do tempo – no jogo do presente com as representações do passado e com possíveis acionamentos de memória no futuro –, reconhecer o teor subjetivo em suas práticas, reconhecer que eles nunca representarão a totalidade do que já passou e nem totalmente uma determinada sociedade. O arquivo, portanto, é seletivo e ordenador e reconhecer esses papéis é também reconhecer o poder de inclusão e exclusão que lhe são intrínsecos – seja para construção de memórias, para o exercício da cidadania, para transparência pública efetiva – caracterizando uma determinada potência arquivística tanto de criação, quanto de destruição, assim como caracterizando

também a não neutralidade de suas práticas e funcionamentos.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Ilha de Santa Catarina, v. 5, p. 9-16, 2005.

BENEVIDES, Pablo Severiano. **O dispositivo da verdade**: uma análise a partir do pensamento de Michel Foucault. 2013. 510 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Nova Vega, 2015.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Lídia Silva de. O dispositivo de arquivo: a construção histórico-discursiva do documento e do fato. *In*: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. **Documento**: gênese e contextos de uso. Niteroi: EdUFF, 2010.

FREITAS, Lídia Silva de. A escritura e o fato. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DO LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 2., 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Lihed, 2009.

FREITAS, Lídia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação. **Morpheus**: Revista eletrônica em Ciências Humanas, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 1-18, 2003.

FROHMANN, Bernd. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. *In*: SKARE, Roswitha; LUND, Nils Windfeld; VARHEIN, Andreas (ed.). **A Document (re)turn**: contributions from a research field in transition. Frankfurt am Main: Peter Lang GmbH, 2007. p. 1-13.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces teóricas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 19-34.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução a teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

SAIS, Almir Pedro. **Dispositivo da velhice**: uma Analítica Interpretativa. 2012. 98 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

VEYNE, Paul Marie. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

WILKE, Valéria. **O dispositivo informacional**: sobre informação, Estado e poder na contemporaneidade a partir do contexto das políticas públicas de inclusão digital do governo brasileiro. 2009. 328 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Agência de Fomento Capes pelo financiamento da pesquisa de tese, da qual resultou este artigo.

**Copyright:** Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



 [tpbci@ancib.org](mailto:tpbci@ancib.org)

 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)

 [@ancib\\_brasil](https://twitter.com/ancib_brasil)